



AGIS CONSTRUÇÃO

CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S/A

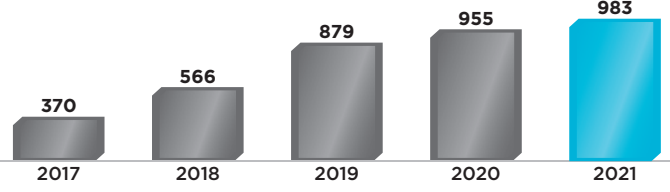
CNPJ: 61.099.826/0001-44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis, acompanhadas das notas explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da Construtora Ferreira Guedes S.A. ("Companhia").

Consolidando um novo patamar de volume de negócios, a Companhia apurou em 2021, pelo terceiro ano consecutivo, uma receita bruta de aproximadamente R\$ 1 bilhão. Esse montante contempla apenas receita própria e não inclui operações via faturamento direto aos nossos clientes. Considerando os últimos 5 anos, verifica-se um crescimento médio anual de 33% e de 166% no acumulado do período.

Evolução da Receita (em R\$ milhões)



Além do aumento da receita, o ano de 2021 também registrou uma melhora relevante em outros indicadores econômico-financeiros, a exemplo das margens bruta e líquida; e do *EBITDA* (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) que somou R\$ 112 milhões no ano. Por sua vez, o *EBITDA* alcançado em 2021 é 39% superior ao ano anterior e múltiplas vezes superior ao serviço da dívida, o que vem a confirmar a saúde financeira da Companhia.

A continuidade desse crescimento sustentável e acelerado é resultado dos permanentes investimentos em políticas e ações de *Compliance*, novas metodologias de gestão, otimização dos controles internos, atração e retenção de talentos, além da aquisição de máquinas, equipamentos, veículos pesados e outros bens tangíveis que em conjunto superou os R\$ 40 milhões apenas em 2020.

Ressalta-se, ainda, a permanente preocupação da Companhia em operar com a máxima eficiência e qualidade na prestação de serviços, bem como garantir a prevenção de danos ao meio ambiente, a segurança e a saúde das pessoas, além do integral respeito às comunidades onde atua. Tal compromisso também é materializado na manutenção das certificações nos seguintes Sistemas de Gestão Integrada: ISO 9001 (Sistemas de Gestão da Qualidade), ISO 14001 (Sistemas de Gestão Ambiental), OHSAS 18001 (Sistemas de Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho) e PBQP-H (Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - Nível "A").

Essas e outras medidas vêm resultando num consistente aumento de eficiência e competitividade da Companhia, que permitiram a conquista de significativos contratos, mesmo em um cenário ainda desfavorável aos setores da infraestrutura e da construção civil no país. O saldo de contratos em carteira

permite à Companhia manter o atual patamar de operações no médio prazo e a Administração continua empenhada em incrementar sua atuação no mercado privado, bem como em outros ramos da construção. No tocante à pandemia da COVID-19, período em que o Brasil e todo o mundo foi fortemente impactado de diversas formas, a Diretoria da Companhia e toda a liderança do Grupo Agis adotou e continua adotando todas as medidas cabíveis a fim de minimizar os riscos de transmissão do vírus nas suas instalações e localidades onde atua. As inúmeras ações tomadas e investimentos realizados nesse sentido têm o objetivo prioritário de zelar pela saúde dos nossos colaboradores e seus familiares, associado à busca pela manutenção das atividades e dos empregos.

Por fim, cabe destacar que a despeito dos avanços alcançados em 2021, com destaque para a vacinação da população, a pandemia seguiu gerando impactos negativos na economia global, dentre os quais uma forte pressão inflacionária. No Brasil, ocorreu uma forte desvalorização do Real frente ao Dólar e Euro, que atrelada à redução da oferta e ao aumento da procura pelas principais commodities brasileiras causou uma significativa alta nos preços dos insumos essenciais às atividades da construção civil. Apesar disso, a Companhia vem se empenhando fortemente na racionalização de custos, otimização de processos produtivos e na gestão dos seus contratos junto a clientes e fornecedores, a fim de manter a rentabilidade esperada.

A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta operacional c/ prestação de serviços		983.356	955.400
(-) Tributos sobre vendas		(60.690)	(69.896)
Receita líquida operacional		922.666	885.504
(-) Custos dos serviços prestados	15	(197.114)	(282.907)
(-) Lucro bruto		725.552	602.597
(+/-) Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas, comerciais e gerais	16	(28.655)	(29.280)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(773)	(1.514)
		(29.428)	(30.794)
(+/-) Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	663	2.253
Despesas financeiras	17	(28.537)	(17.301)
		(27.874)	(15.048)
(=) Lucro antes dos impostos		68.250	56.755
(-) IRPJ/CSLL corrente	12.1	-	(295)
(-) IRPJ/CSLL diferido	12.1	(23.851)	(19.139)
(=) Lucro líquido do exercício		44.399	37.322
Lucro por ação - R\$/ação (22.830.992 ações)		1,94	1,63

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	44.399	37.322
Total do resultado abrangente do exercício	44.399	37.322

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	68.250	56.755
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício antes dos impostos:		
Depreciações e amortizações	14.836	8.369
Amortização do direito de uso	1.205	558
Provisão para demandas judiciais	2.439	(214)
Apropriação de juros, inclusive de imóvel locado	3.356	164
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	139	247
Outros ajustes ao resultado	(6.298)	-
	96.510	65.879

Fluxo de caixa das atividades operacionais
Decréscimo/(acréscimo) nas contas de ativo:

Contas a receber	(154.357)	14.506
Tributos a recuperar	4.332	(274)
Créditos diversos	(5.388)	2.120

Acréscimo/(décrecimo) nas contas de passivo:

Fornecedores	10.062	(10.862)
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	(404)
Adiantamento de clientes	(11.547)	15.438
	(57.896)	86.404

Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais
Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Adições ao imobilizado e intangível	(3.635)	(40.687)
Adições ao ativo de direito de uso	(1.529)	(1.067)
(=) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(5.164)	(41.754)

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

Terceiros:		
Empréstimos tomados de terceiros	100.327	141.045
Empréstimos pagos a terceiros	(85.536)	(109.647)
Juros pagos	(11.885)	(10.984)
Pagamento do passivo de arrendamento	(1.203)	(956)

Acionistas:

Empréstimos tomados de partes relacionadas	1.179	15.285
Empréstimos pagos a partes relacionadas	(3.724)	(18.739)
Empréstimos recebidos de partes relacionadas	-	9.312

(=) Geração (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	84.116	11.149
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	20.214	84.116
(=) Geração (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(63.902)	72.966

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.214	84.116
Contas a receber de clientes	5	189.437	244.626
Impostos a recuperar	6	13.012	17.344
Seguros a apropriar		205	-
Créditos diversos		7.435	3.838
		230.303	349.923
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes	5	276.951	138.150
Partes relacionadas	7.1	890	-
Depósitos judiciais		1.048	961
Seguros a apropriar		609	-
Tributos diferidos	12.2	109.182	55.014
		388.681	194.125
Imobilizado	8	39.545	48.988
Intangível	9	416	482
Direito de uso		1.993	1.670
		430.636	245.265
Total do ativo		660.938	595.188

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		239.009	1.639	30.835	-	271.483
Dividendos distribuídos		-	-	(9.751)	(9.751)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	30.835	37.322	68.167
Constituição de reserva legal	14	-	1.866	-	(1.866)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	(355)	(355)
Reserva de lucros	14	-	-	35.100	(35.100)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		239.009	3.505	56.184	-	298.699
Lucro líquido do exercício		-	-	-	44.399	44.399
Constituição de reserva legal	14	-	2.220	-	(2.220)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	(422)	(422)
Reserva de lucros	14	-	-	41.757	(41.757)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		239.009	5.725	97.941	-	342.676

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Construtora Ferreira Guedes S/A ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à Av. Angélica, nº 2.163, São Paulo - SP - Brasil. Tem como objeto social a prestação de serviços de engenharia e construção civil a clientes públicos e privados, com foco em projetos de infraestrutura, rodovia e ferrovia.

2. Base de elaboração e políticas contábeis das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade: A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelos administradores da Companhia em 14 de abril de 2022. As demonstrações contábeis da Companhia, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios. As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Intepreções e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). **2.2. Impactos da pandemia da Covid-19:** No final do primeiro trimestre do ano de 2020, a pandemia da COVID-19 se instalou no Brasil e afetou de forma distinta as diversas atividades econômicas no país. As autoridades competentes incluíram a construção civil na lista de atividades essenciais durante a pandemia, o que nos permitiu continuar operando sem interrupções e tendo como foco a saúde dos nossos colaboradores e terceiros, além da manutenção dos empregos. Ressalta-se ainda que desde o início da crise sanitária, os protocolos de saúde e de segurança adotados nos nossos cantos de obra e escritórios cumpriram integralmente as recomendações impostas pelas autoridades e contribuíram para a redução do risco de contágio. Ao longo de 2021 a pandemia seguiu gerando impactos negativos na economia global, dentre eles uma forte pressão inflacionária. No Brasil, tivemos uma grande desvalorização do Real frente ao Dólar e Euro, que atrelada à redução da oferta e aumento da procura das principais commodities brasileiras causou uma significativa alta no preço de insumos essenciais às atividades da construção civil. A despeito desses fatores, a companhia tem se empenhado a racionalizar custos e otimizar processos produtivos de forma a manter suas margens equilibradas. **2.3. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que são mensurados pelo valor justo. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, o Real, que é a moeda de apresentação das demonstrações contábeis. **Operações em conjunto:** As operações em conjunto são realizadas através de consórcios, os quais não possuem personalidade jurídica, sendo os ativos, passivos, receitas e despesas somados linha a linha às cifras das demonstrações contábeis da Companhia na proporção de sua participação nos direitos e obrigações relacionados com cada um dos contratos que regem essas operações.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação dessas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem, entre outros: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis e análise de sua recuperação, perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos e a provisão para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **3.2. Políticas contábeis:** a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata com vencimento inferior a 90 dias da data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". b) **Títulos e valores mobiliários:** São atualizados pelos juros transcorridos até a data do balanço, não ultrapassando o valor de mercado. Os títulos e valores mobiliários são classificados na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". c) **Valores a receber:** É composto pelos saldos a receber de clientes por prestação de serviços, inclusive aqueles em cobrança líquida, líquidos da provisão de perdas constituída com base na análise dos riscos na realização de créditos a receber, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas. d) **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição e formação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8. A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional que é a prestação de serviços; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens; (iv) as taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos, o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo por meio dos outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. • **Ativos financeiros ao custo amortizado:** são classificados como ativos financeiros, os ativos mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios da Companhia; • **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** os ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são os que não possuem definição específica quanto à manutenção para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou para realizar a venda desses ativos no modelo de negócios da Companhia; • **Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** os ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são todos os outros ativos não classificados nas categorias acima. **Reconhecimento e mensuração:** Os instrumentos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas e (despesas) operacionais" no período em que ocorrem. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **i) Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo devem ser ajustados pelo seu valor presente. O mesmo é aplicado aos itens de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos

e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Os saldos dos empréstimos, financiamentos, contratos de mútuo ou outras contas com partes relacionadas e outras obrigações de longo e de curto prazo referem-se substancialmente a itens sujeitos a variações pós-fixadas, tem seus valores atualizados periodicamente, sendo o apresentado pelo seu valor em moeda na data da elaboração das demonstrações contábeis. Na avaliação da administração da Companhia não há ajustes significativos nas demonstrações contábeis. **j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **k) Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas brutas dos serviços prestados foram reconhecidas à medida de sua execução, proporcionalmente aos custos incorridos em relação aos custos totais estimados em orçamento ou reorganamento. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização ou se não puder ser mensurada confiavelmente. **l) Lucro líquido por ação:** O lucro líquido por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade de ações existentes nas datas de encerramento dos exercícios. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). **n) Contratos de construção:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. De acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, o estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **3.3. Normas pronunciações técnicas, revisões e interpretações adotados em 2021:** O IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021, ou após que ainda não tiveram as devidas alterações nas normas contábeis brasileiras e em seus respectivos pronunciamentos, e a Companhia apresenta abaixo a avaliação dos impactos da adoção destas normas em suas demonstrações contábeis: (i) **IFRS 3/CP 15 - Combinação de Negócios:** Alteração da norma IFRS 3 - Definição de negócio. Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2020. A Companhia entende que não há eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos, que podem gerar impactos significativos nas suas demonstrações contábeis. (ii) **IAS 1 e IAS 8 - CPC 26/CP 23 - Apresentação das demonstrações contábeis/políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro:** Alteração das normas IAS 1 e IAS 8 - Definição de materialidade, esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2020. A Companhia entende que não há impactos significativos nas suas demonstrações contábeis. (iii) **IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - CPC 48/CP 40 - Instrumentos financeiros - Evidenciação:** Alteração das normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - Reforma da taxa de juros, esclarece aspectos relacionados a taxa de juros em instrumentos financeiros de hedge. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2020. A Companhia entende que não há impactos significativos nas suas demonstrações contábeis. (iv) **IAS 1/CP 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis:** Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante, esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2020. A Companhia entende que não há impactos significativos nas suas demonstrações contábeis. **Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes:** (i) **Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis. (ii) **Outras normas:** Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Imobilizado - Receita antes do uso pretendido (Alterações à IAS 16); • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 (Alterações a IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); • Referências ao quadro conceitual (Alterações à IFRS 3); • Contratos de seguros (IFRS 17). A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S/A

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

12. Impostos correntes e diferidos

12.1. Provisão de IR e CSLL

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	68.250	56.755
Lucro antes das provisões tributárias	2.079	593
Diferenças permanentes - despesas indedutíveis	-	(213)
Diferenças temporárias - provisões	(177)	840
CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil	(206.875)	1.320
Diferenças temporárias - Efeitos da IN 21/79 (a)	(22.597)	(57.955)
Diferenças temporárias - Efeitos dos ajustes da Lei 12.973, CPC 47 (b)		
Base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(159.320)	1.341
Compensação de prejuízos fiscais	-	(402)
Imposto de renda - 15%	-	(141)
Imposto de renda - 10% (adicional)	-	(70)
Contribuição social sobre o lucro líquido	-	(84)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	-	(295)
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	54.169	(137)
Prejuízo fiscal/ Compensação	(70.337)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido diferidos sobre diferenças temporais - IN 21/79	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	(7.683)	(19.002)
Diferidos sobre diferença de critério - CPC 47	(23.851)	(19.434)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido		

(a) O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos foram constituídos sobre o resultado contábil, com base na Instrução Normativa SRF nº 21 de 13 de março de 1979 que disciplina o procedimento para apuração dos resultados de contratos de construção por empreitada ou fornecimento de bens e serviços a serem produzidos; (b) O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos foram calculados com base nas receitas de contratos ainda não faturados, ajustados de acordo com os critérios do Pronunciamento Contábil CPC 47 - Receitas de contratos com clientes.

12.2. Tributos diferidos: O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos foram constituídos sobre as diferenças temporárias no reconhecimento de provisões de despesas entre os livros fiscais e societários.

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e base negativa	109.182	55.014
	109.182	55.014

Passivo não circulante

IR/CSLL - diferidos sobre diferença de critérios - CPC 47	114.964	107.281
Sob receitas (regime de competência) com base no resultado dos ajustes efetuados nos contratos de construção	29.673	28.060
	144.637	135.340

O PIS e a COFINS diferidos foram constituídos com base no resultado dos ajustes efetuados nos contratos de construção - CPC 47:

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo não circulante		
PIS/COFINS constituídos com base no resultado dos ajustes efetuados contratos de construção - CPC 47	9.578	10.999
	9.578	10.999

13. Provisões

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. A Administração, baseada em interpretação dos seus assessores jurídicos responsáveis pela defesa das mencionadas autuações, entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face às perdas esperadas, conforme demonstrado a seguir:

Risco de perda provável:

	31/12/2021	31/12/2020
Processos cíveis	148	173
Processos trabalhistas	2.184	1.371
Total	2.331	1.544

Risco de perda possível

A Companhia é parte em processos cíveis, tributários e trabalhistas, os quais na opinião da Administração e de seus assessores legais possuem expectativa de perda possível no montante de R\$ 19.720 (R\$ 6.020 em 2020).

A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$ 1.048 (R\$ 961 em 2020) relacionados a parte dos processos judiciais que permanecem em andamento.

14. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, totalmente subscrito e integralizado é representado por 22.830.992 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Reserva legal

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva até 20% do valor total do capital. A reserva tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar capital. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 2.220.

Destinação do resultado

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, a Diretoria pode declarar dividendos intermediários. Havendo saldo remanescente, o mesmo ficará à disposição da Assembleia Geral.

Lucro líquido do exercício	44.399
Constituição de reserva legal	(2.220)
Base para constituição de dividendos	42.179
Destinação:	
Dividendos mínimos obrigatórios	422
Reserva de lucros (i)	41.757
Total destinado	42.179

(i) A Administração encaminhará a Assembleia Geral Ordinária proposta para pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2021, no valor total de R\$ 41.757 correspondente a R\$ 1,828958534 por ação ordinária.

15. Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta:		
Prestação de serviços de construção	983.356	955.400
Total	983.356	955.400
Impostos incidentes sobre a receita	(60.690)	(69.896)
Receita líquida	922.666	885.504

16. Demonstração do resultado por natureza

	31/12/2021	31/12/2020
Gastos com pessoal	(251.238)	(263.687)
Serviços de terceiros	(182.197)	(69.952)
Gastos gerais	(182.722)	(189.780)
Utilidades e serviços	(127.438)	(165.857)
Materiais de consumo e aplicação	(60.854)	(113.417)
Depreciação e amortização	(16.041)	(8.927)
Outros	(6.051)	(2.081)
Total	(826.542)	(813.701)
Custo dos serviços prestados	(797.114)	(782.907)
Despesas gerais e administrativas	(28.655)	(29.280)
Outras receitas (despesas), líquidas	(773)	(1.514)
Total	(826.542)	(813.701)

DIRETORIA EXECUTIVA

Erasto Messias da Silva Junior
Diretor Superintendente

Rodrigo Pinheiro Andrade
Diretor Administrativo Financeiro

Patricia Bueno Moreira
Diretora Jurídica

CONTADOR

Lucas Araújo de Oliveira
CRC SP 1 SP 282895/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **Construtora Ferreira Guedes S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Construtora Ferreira Guedes S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O

17. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receita financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	253	104
Sobre impostos a recuperar	341	636
Descontos obtidos	31	181
Atualização monetária	38	1.333
Subtotal	663	2.253
Despesa financeira		
Juros, multas e demais encargos financeiros	(25.133)	(15.655)
Fianças e despesas bancárias	(3.021)	(888)
Outras despesas financeiras	(383)	(758)
Subtotal	(28.537)	(17.301)
Total	(27.874)	(15.048)

18. Seguros (não auditado)

A Companhia mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

19. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber, fornecedores, contas a pagar, captação de empréstimos e financiamentos, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 3. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: • **Disponibilidades e aplicações financeiras:** Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis; • **Contas a receber:** O valor de mercado desses ativos não difere significativamente dos valores de mercado; • **Fornecedores:** Os valores de fornecedores apresentados a valor contábil têm valor de mercado similar; • **Empréstimos e financiamentos:** As condições e os prazos dos empréstimos e financiamentos obtidos estão apresentados na Nota Explicativa nº 10. O valor de liquidação desses passivos não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações contábeis. (a) **Considerações sobre riscos e gestão de capital:** Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de moeda. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar e empréstimos a pagar. **Risco financeiro:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e dívidas com taxas de juros variáveis. As taxas de juros sobre empréstimos e financiamentos estão mencionadas na Nota Explicativa nº 10. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota Explicativa nº 4. **Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais futuros ou aumentem valores captados no mercado. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

20. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos relevantes posteriores à data-base de 31 de dezembro de 2021.

risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Planejamos e executamos procedimentos de auditoria compatíveis com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de abril de 2022



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Viviane Alves Bauer
Contadora - CRC 1 SP 253472/O-2

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 26/04/2022 17:58

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/04/26/FERREIRA1561902126042022.pdf>
Hash:165092028159411d9f5f9441da83fbed20aa37d3c1